

INSTITUTO UNIBANCO E SEDUC: A CONSOLIDAÇÃO DA PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NA EDUCAÇÃO CEARENSE

Hilcelia Aparecida Gomes Moreira (UERN), e-mail: hilcelia39@gmail.com
Bruno Layson Ferreira Leão (UERN), e-mail: umleaum@gmail.com
Allan Solano Souza (UERN), e-mail: allansouza@uern.br

INTRODUÇÃO

As fronteiras entre o público e o privado vão se modificando conforme o período de crise do capitalismo apresentando estratégias de superação como neoliberalismo, globalização, reestruturação produtiva e Terceira Via, redefinindo o papel do Estado, principalmente para com as políticas sociais (PERONI, 2016, p.28). Assim, as mudanças ocorridas nesse período de crise do capital reafirmam mudanças conceituais, fronteiriças e legais sobre o público e privado na educação do Brasil, e de forma particular corroboram, dentre a parceria público-privado, a intervenção do empresariado brasileiro de diferentes ramos da economia na educação pública. Nesse sentido, neste resumo ampliado objetiva-se discutir como o Estado do Ceará tornou-se ambiente propício para a implementação da parceria público-privada com o Instituto Unibanco (IU), a partir da implantação do programa Jovem do Futuro (PJF).

DESENVOLVIMENTO

No Brasil, as parcerias público-privadas educacionais se realizaram a partir da disseminação do discurso global de educação para o desenvolvimento, a partir de relações tecidas entre a sociedade política, representante legal do público, e o setor privado, articulando a condição pública e a estrutura do aparelho estatal aos interesses privados. Peroni (2016, p. 221) afirma que “as parcerias também são uma das formas encontradas para chegar diretamente à escola, à sala de aula, e definir e controlar o que e como será ensinado”. O empresariado, portanto, ao transferir seus projetos às políticas públicas, as transformam em ações estatais de perspectiva e com resultados restritos ao grupo de interesse, isto é, resultados privados e não públicos no sentido de serem para todos.

O estado do Ceará apresentou na década de 1990 êxito em áreas como a educação que exige do governo investimento, e o contexto econômico 1995 - 2000 apresentava-se favorável a reformas após o saneamento das contas públicas e a credibilidade das instituições. O modelo

de reforma educacional envolvia secretarias estaduais, municipais e escolas, acreditando que assim a influência de setores político e econômico seria menor.

Assim, conforme aponta Napolini (2001, p.169), “A espiral de decisões do sistema educacional cearense se propôs a resolver a seguinte questão: como garantir a educação de qualidade para todos?”. A resposta foi dada a partir de metas ambiciosas, a partir das quais o governo estadual começou a comemorar avanços na educação, como a redução do analfabetismo, a ampliação da oferta na escola pública, o programa de formação de professores e a eleição para diretores.

Nesse período de mudanças no cenário nacional, surge em 2007 o Instituto Unibanco com uma metodologia aprovada no guia do Ministério da Educação, o Projeto Jovem de Futuro (PJF). O projeto, implementado em parceria com as Secretarias Estaduais de Educação, disponibiliza para as escolas e redes uma metodologia e instrumentos que dão suporte ao trabalho de gestão, estruturados em cinco eixos – governança, assessoria técnica, formação, mobilização e gestão do conhecimento – que se articulam por meio do método Circuito de Gestão.

METODOLOGIA

Essa pesquisa se consubstancia em uma análise de ordem qualitativa, organizada em torno da análise bibliográfica resultante de um estudo em andamento acerca das tensões entre o público e o privado nas escolas de ensino médio em tempo integral do Ceará. A investigação reflete sobre como o estado do Ceará tornou-se ambiente propício para a implantação de parcerias no setor educacional e os impactos dessa política ao longo dos anos. O enfoque teórico metodológico desta pesquisa se alicerçou em um levantamento bibliográfico nos documentos do Instituto Unibanco, disponíveis em seu site, bem como de seus materiais editoriais impressos, como o Circuito de Gestão e Gestão na Educação em larga escala e os relatórios de atividades do Instituto Unibanco, publicados entre 2012 e 2020.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do momento que o estado do Ceará firma o acordo de cooperação com o IU, o Estado legitima o PJF como política pública. A assessoria técnica ofertada, os instrumentais e a produção incessante de dados educacionais para a “melhoria” dos resultados de aprendizagem dos estudantes com foco na gestão escolar somente evidenciam a incorporação de um projeto

privado no contexto de uma política pública, o que não representa que esse projeto tenha um interesse em atender a todos de forma igualitária.

O projeto no Ceará iniciou em 2012 com 100 escolas, ofertando apoio técnico e financeiro às escolas participantes permitindo que elas adequassem seus recursos, processos e práticas pedagógicas, a fim de desenvolver o interesse do aluno pela escola e aumentar o seu envolvimento no processo de aprendizagem. O apoio financeiro consistia no repasse de R\$ 100/aluno, a ser usado em 3 áreas-chave: melhorias em infraestrutura (até 40%), ações de incentivos aos professores (mínimo de 20%) e incentivos aos alunos (mínimo 20%) (INSTITUTO UNIBANCO, 2012). O critério de escolha das escolas participantes era baseado nos 50 melhores e 50 piores resultados do SPAECE de 2011. A forma de seleção era feita não mais pelo desempenho, mas por sorteio entre aquelas que demonstrassem interesse em participar do PJJ.

Nos anos de 2012 – 2014, não houve nos relatórios Unibanco menção ao público de alunos atendidos. Ressalta-se que em 2012 era no Ceará um projeto piloto e, que em 2016 ocorreu a reestruturação do programa executando formações somente no âmbito da SEDUC e para os gestores. Em 2016 as ações do IU ficaram resumidas às formações na Secretaria de Educação, à formação de gestores e grupo de apoio, assim como os valores não seriam mais investidos na escola. Após diagnóstico o IU centraria suas atividades na formação e execução do projeto circuito de gestão, a partir da construção de um plano de Ação e monitoramento das escolas atingindo em 2019 quase a totalidade de escolas estaduais atendidas pelo IU.

Os dados visualizados nos relatórios apresentam a expansão do PJJ nas escolas cearenses atingindo todas as modalidades, regulares, integrais, profissionais e indígenas. Infere-se também a partir da leitura dos relatórios produzidos anualmente pelo IU que o PJJ parte da lógica meritocrática, escolas que atingiram suas metas, estabelecidas em seu plano de ação no circuito de gestão, são escolas destaque e aquelas que não conseguirem atingir suas metas levam a alcinha de prioritárias, ou seja, inspiram cuidados.

CONCLUSÕES

O estudo revela que a expansão do PJJ no estado do Ceará, segue com êxito o seu curso, pois os procedimentos empregados como circuito de gestão e programas de formação dos gestores, além da produção de dados educacionais com a justificativa de melhoria na educação transformaram o IU como referência.

Sendo assim, a análise da construção da relação público-privado na educação a partir das disputas entre escola pública e escola privada, remete-nos às contradições que envolvem a sociedade política e a sociedade civil, ao que ambas são espaços de disputas entre grupos e classes sociais distintas, sendo que a primeira é o lócus que legitima projetos e que pode garanti-los na forma da lei, na forma de direitos que atendem interesses privados ou públicos. É importante ressaltar que o IU só alcançou público e êxito em suas ações no Ceará nessa parceria pública - privada por contar com governos que apoiavam o projeto e que se mantiveram no poder: Cid Gomes (2010-2014) e Camilo Santana (2015 até o presente).

Apesar das conclusões já explicitadas sobre como se efetivam estas parcerias, são necessários estudos mais aprofundados sobre os impactos destas na gestão democrática e na autonomia da escola. De acordo com Freitas (2012, p.386) a luta pela escola pública de qualidade precisa ser atualizada pois “não basta mais a sua defesa, agora temos que defender a escola pública com gestão pública”.

REFERÊNCIAS

FREITAS, L. C. de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.33, n.119, p. 379-440, abr./jun., 2012.

NASPOLINI, Antenor. A reforma da educação básica no Ceará. **Estud. Av.**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 169-186, ago. 2001.

PERONI, V.M.V. Implicações da relação público-privado para a democratização da educação no Brasil. In: PERONI, V.M.V (org.). **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação**. São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 15-34.

INSTITUTO UNIBANCO. **Relatório de Atividades**. Edição online: 2012. Disponível em: Disponível em: <http://www.institutounibanco.org.br/relatorio>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2021.